

RESUMO - EIXO TEMÁTICO 2 - PAISAGEM CULTURAL: ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO, GESTÃO E PROJETO - MÉTODOS DE LEITURA, IDENTIFICAÇÃO E RECONHECIMENTO DA PAISAGEM / FORMAS DE ACAUTELAMENTO, SALVAGUARDA OU PROTEÇÃO / FORMAS DE INTERVENÇÃO E CONSERVAÇÃO / PLANOS DE GESTÃO / A PERSPECTIVA DA PAISAGEM URBANO-HISTÓRICA (HUL) / APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM / ESTRATÉGIAS NACIONAIS E LOCAIS DE PAISAGEM NA IBERO AMÉRICA / CONHECIMENTOS TRADICIONAIS AGROBIODIVERSIDADE E TERRITÓRIO / SATS E PATRIMÔNIO / CULTURA ALIMENTAR / O PROJETO DA PAISAGEM / CIDADANIA PAISAGÍSTICA / DIREITO À PAISAGEM E DIREITO DE PAISAGEM / POLÍTICA E PAISAGEM / PAISAGEM E DIREITO À CIDADE E AOS TERRITÓRIOS / PAISAGEM COMO RECURSO POLÍTICO, ECONÔMICO E/OU IDENTITÁRIO / PAISAGEM E CONFLITOS.

PAISAGEM CULTURAL DAS MISSÕES JESUÍTICO-GUARANI NO RIO GRANDE DO SUL: GOVERNANÇA PATRIMONIAL E DESAFIOS DAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO

Darlan De Mamann Marchi (darlanmarchi@gmail.com)

Adriane Borda (adribord@hotmail.com)

Sandro Martinez Conceição (sa.martinez@hotmail.com)

Monica Veiga (monicaveiga.ufpel@gmail.com)

A paisagem cultural das Missões Jesuítico-Guarani, no noroeste do Rio Grande do Sul, constitui um território patrimonial complexo, formado por

remanescentes arquitetônicos e arqueológicos, sucessivas camadas de reconhecimento institucional e múltiplos significados atribuídos por diferentes grupos sociais. Em 2009, o IPHAN instituiu o Parque Histórico Nacional das Missões, buscando articular a gestão integrada dos quatro sítios tombados em nível federal, situados nos municípios de São Miguel das Missões, São Nicolau, São Luiz Gonzaga e Entre-Ijuís. A preservação das referências culturais materiais e imateriais associadas ao passado jesuítico-indígena mobiliza instrumentos de proteção em diferentes escalas institucionais e envolve disputas simbólicas, demandas comunitárias, interesses turísticos e expectativas de desenvolvimento regional.

Nesse contexto, o presente trabalho discute desafios contemporâneos das políticas públicas de patrimônio a partir das ações do Programa Canteiro Modelo de Conservação das Missões, desenvolvido em parceria entre a Universidade Federal de Pelotas e o IPHAN. O estudo toma o patrimônio missioneiro como chave analítica para compreender tensões entre preservação, gestão e projeto territorial. Busca-se analisar, em perspectiva crítica, como diferentes atores institucionais e comunitários percebem entraves e potencialidades da governança patrimonial na região, identificando limites do arranjo atual de gestão e possibilidades de estratégias mais integradas, participativas e territorialmente sensíveis.

A pesquisa adota abordagem qualitativa, baseada em escutas com gestores municipais, representantes de órgãos federais de preservação e lideranças indígenas Mbyá Guaraní, complementadas por observações de campo e registros produzidos nas atividades do Canteiro Modelo. A interpretação dialoga com debates sobre gestão da paisagem cultural e com a crítica ao discurso autorizado do patrimônio, especialmente no que se refere à centralidade historicamente atribuída à materialidade monumental em detrimento de outras formas de pertencimento, memória e uso social do território.

Resultados preliminares indicam que a paisagem missioneira não pode ser compreendida apenas como conjunto de ruínas ou sítios isolados, mas como território vivo, atravessado por conflitos, negociações e assimetrias entre escalas institucionais. Evidenciam-se desafios estruturais relacionados à fragmentação das políticas públicas, à limitação de recursos e à descontinuidade das ações de salvaguarda, bem como à dificuldade de incorporar de forma efetiva as demandas das comunidades locais e indígenas nos processos decisórios. Ao mesmo tempo, despontam possibilidades

vinculadas à ampliação da educação patrimonial, à formação técnica local e ao fortalecimento de mediações culturais e de articulações interinstitucionais.

Argumenta-se que a preservação da paisagem cultural missioneira demanda o deslocamento de modelos centrados exclusivamente na conservação material para abordagens de governança compartilhada, capazes de articular patrimônio edificado, territorialidade indígena, uso social e desenvolvimento regional. Nesse sentido, o trabalho aponta para a necessidade de mecanismos interfederativos e participativos de gestão, capazes de produzir políticas patrimoniais mais inclusivas e sensíveis à complexidade do território das Missões.

Palavras-chave: paisagem cultural; missões jesuíticas-guarani; patrimonialização; políticas de patrimônio; governança patrimonial.